

O trabalho com jovens e a participação democrática nos espaços digitais

Principais desafios, conclusões, ligações com as políticas europeias e recomendações

DIYW
Digital Youth Work

Rights-sensitive,
Open, Accessible,
Democratic

dare
Democracy and
Human Rights Education
in Europe

Editores: Daniela Kolarova e Georg Pirker, com o apoio de Filipa Fernandes, Markus Plasencia-Kanzler, Elisa Rapetti, Paula Alvira Rosende e Nils-Eyk Zimmermann

Trabalho editorial da versão portuguesa: Filipa Fernandes

Editora: DARE - Democracy and Human Rights Education in Europe vzw.,
Bruxelas, 2026

Download: <https://dare-network.eu/diyw-road/>



Digital Youth Work

Rights-sensitive,
Open, Accessible,
Democratic

Arbeitskreis deutscher Bildungsstätten e. V. (AdB) (Berlim/Alemanha), Sozialprofil – Verein zur Förderung individueller, institutioneller und gesellschaftlicher Entwicklung (Graz/Áustria), Dínamo - Associação de Dinamização Sócio-cultural (Sintra/Portugal), Fundación CIVES (Madrid/Espanha), Partners Bulgaria Foundation (Sófia/Bulgária), Democracy and Human Rights Education in Europe (DARE).

As opiniões e pontos de vista expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência Executiva Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por eles.

Salvo indicação em contrário abaixo de um artigo ou elemento, o conteúdo desta publicação é publicado ao abrigo de uma [Licença Creative Commons Atribuição-Partilha pela mesma Licença 4.0 Internacional](#).



Cofinanciado pela
União Europeia

Transformação digital, sustentabilidade e participação dos jovens na política. Embora estes domínios possam parecer distintos, são questões fundamentais para o desenvolvimento de políticas democráticas na União Europeia e nos seus Estados-Membros. A UE é responsável pela regulamentação dos mercados digitais, pelos direitos fundamentais e pelas políticas climáticas e ambientais. Isto afeta a vida, as oportunidades e a participação democrática dos jovens – agora e no futuro. A democracia é fortemente afetada pelas escolhas que fazemos em matéria de regulamentação da Internet, bem como no combate às alterações climáticas. Por conseguinte, estas políticas são fundamentais para a Educação para a Cidadania Democrática e para o Trabalho com Jovens.

1. Conclusões dos Laboratórios de Políticas

O projeto apoiado pelo Erasmus+ «Digital Youth Work» (DIYW-ROAD) realizou laboratórios de políticas na Alemanha, Áustria, Portugal, Espanha e Bulgária para explorar três dimensões fundamentais da digitalização e da digitalidade que afetam o envolvimento democrático dos jovens em geral: sustentabilidade e digitalização, formação da identidade num mundo (pós-)digital e participação democrática dos jovens na governação da transformação digital. Os laboratórios envolveram jovens e profissionais do trabalho com jovens, revelando tanto os desafios que os jovens enfrentam nos espaços digitais como as lacunas sistémicas nas políticas e práticas atuais.

Em todos os países, os jovens enfatizaram o impacto ambiental da digitalização, apelando a práticas sustentáveis, tais como a reciclagem de dispositivos, tecnologias energeticamente eficientes e políticas para reduzir os resíduos eletrónicos.

Também destacaram as questões de saúde mental associadas às plataformas digitais, incluindo dependência, mecanismos abusivos, cyberbullying e exposição a conteúdos nocivos. Salientaram ainda sentir-se pressionados por imagens idealizadas, estar expostos a conteúdos emocionalmente intensos, nocivos e extremos através de algoritmos e um estado contínuo de stress emocional.

“Não se trata de deixar de usar a tecnologia, mas de usá-la de forma mais consciente. Por exemplo, eu poderia apagar emails antigos, reduzir a qualidade do *streaming* quando não for necessário, desligar dispositivos não utilizados e perguntar a mim mesmo se realmente preciso de carregar tudo para a nuvem. Estas são pequenas ações, mas juntas fazem a diferença. Para além do nível individual, o trabalho com jovens e a educação devem abordar a crise climática como uma questão de justiça social, porque são sempre as pessoas mais vulneráveis que sofrem as piores consequências.”

— Participante num laboratório de políticas

Os jovens exigiram maior transparência e responsabilização por parte das plataformas digitais, particularmente no que diz respeito à forma como os algoritmos moldam as suas experiências online. Apelaram a designs adequados à idade, regulamentações mais rigorosas sobre conteúdos nocivos e, especialmente, a uma aplicação da lei mais consequente e eficaz. Pedem uma participação significativa na governação digital. Os jovens demonstram uma elevada capacidade de autorregulação. Os profissionais do trabalho com jovens ecoaram estas preocupações, salientando a necessidade de formação contínua para os profissionais do trabalho com jovens sobre tendências digitais, apoio à saúde mental e competências de defesa de direitos. Salientaram também a importância da colaboração entre animadores juvenis, educadores e decisores políticos para criar ambientes digitais seguros, inclusivos e participativos.

Os profissionais observaram que as proteções atuais centram-se frequentemente na resiliência individual, em vez de pensar na proteção de forma estrutural, como modelos de negócio de plataformas que privilegiam o lucro em detrimento do bem-estar do utilizador ou o reforço do papel e das possibilidades de apoio – por exemplo, reforçar os «sinalizadores de confiança» (DSA) e as organizações da sociedade civil com objetivos semelhantes.

Os laboratórios revelaram uma visão partilhada entre jovens e profissionais para um futuro digital sustentável, inclusivo e democrático. No entanto, também revelaram lacunas significativas na forma como as políticas e práticas existentes abordam estes desafios na aplicação da lei, na participação juvenil ou visíveis na contradição entre a sustentabilidade ambiental e uma transformação digital intensiva em recursos.

2. Ligações aos quadros políticos europeus

As conclusões dos laboratórios de políticas estão em estreita sintonia com as políticas da União Europeia (UE) e do Conselho da Europa (CE) nos domínios da política digital ou educativa. Por um lado, as iniciativas e os quadros europeus proporcionam uma base sólida para abordar os desafios identificados nos laboratórios, e a sua discussão é, também, uma forma eficaz de promover a educação relacionada com a Europa. No

entanto, a sua implementação a nível nacional e local continua a ser inconsistente e é orientada por níveis variáveis de ambição entre os Estados-Membros.

É também mais ou menos opaca e de difícil acesso, especialmente para trabalhadores de juventude.

Uma vez que a digitalização abrange tantas áreas – particularmente aquelas da competência da UE –, é impossível enumerá-las todas aqui, mas, por exemplo...

Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD): Estabelecimento de princípios relevantes, especialmente para os jovens e os seus rastros de dados, em benefício das pessoas afetadas – como o direito ao esquecimento ou as possibilidades de informação.

Omnibus Digital: Adaptar os instrumentos de política digital da UE com vista a alcançar o objetivo de «reduzir a burocracia» – à custa da clareza e da determinação na aplicação dos direitos dos jovens?

Regulamento dos Serviços Digitais (DSA): Regras para serviços online de grande escala, proibição de publicidade direcionada a menores, restrição da recolha de dados pessoais para perfis, combate a padrões obscuros e introdução de sinalizadores de confiança. Com orientações adicionais sobre a proteção de menores criadas pela CE.

Lei dos Mercados Digitais (DMA): Aumento da interoperabilidade das grandes plataformas, definição de regras e obrigações dos «gatekeepers».

Lei da Inteligência Artificial (Lei da IA): Diferenciação baseada no risco entre sistemas de IA e obrigações. Definições de alto risco para aplicações de IA particularmente relevantes para grupos vulneráveis, como os jovens (por exemplo, na educação e no trabalho). Proibição de certas práticas como a pontuação social, a vigilância biométrica em tempo real ou a recolha de imagens faciais.

Convenção-Quadro sobre Inteligência Artificial (do Conselho da Europa): Regras relativas à interferência dos sistemas de IA nos direitos humanos, caso os sistemas de IA sejam geridos por autoridades públicas ou por entidades privadas que atuem em seu nome.

Solução de verificação da idade e da carteira de Identidade Digital Europeia (carteira EUDI): Com grande impacto no grau de proteção dos jovens contra conteúdos nocivos e

na medida em que a sua oportunidade de aceder a serviços e conteúdos de natureza diversa será limitada. De referir aqui também o compromisso do presidente da CE de restringir o acesso das menores às redes sociais.

Estratégia da UE para uma Internet Melhor para as Crianças (BIK+): Portal e criação de Centros Nacionais para uma *Internet* mais segura.

Revisão da Diretiva relativa ao combate ao abuso sexual de crianças: Análise automatizada do conteúdo de mensagens instantâneas à procura de material ilegal, o que poderá conduzir a uma vigilância injustificada de conversas privadas, incluindo de menores (“*chat control*”).

Ato Europeu para a Liberdade dos Meios de Comunicação Social (EMFA): Concebido para proteger a independência editorial, salvaguardar os jornalistas e garantir a transparência na propriedade dos meios de comunicação social. Cria salvaguardas aplicáveis em todo o mercado interno.

Espaço de Dados de Saúde (Regulamento EDHS): Destina-se a beneficiar a investigação, o público em geral e a concorrência, garantindo simultaneamente que as primeiras gerações a serem totalmente digitalizadas em termos de dados de saúde não terão de lidar com as consequências dos atuais compromissos entre estes objetivos.

Escudo da Democracia Europeia e a Estratégia da UE para a Sociedade Civil: Concebidos para proteger, apoiar e capacitar os espaços cívicos e as instituições democráticas contra a interferência dissimulada, a desinformação e o encolhimento das liberdades civis.

Euro digital e regulamentação dos pagamentos digitais do futuro: Regras para o acesso aos pagamentos digitais, utilização confidencial do dinheiro digital, proibição da monetização dos dados dos utilizadores (especialmente de menores).

Diretiva relativa ao trabalho em plataformas e implementação nacional: Definição do estatuto dos trabalhadores em plataformas (frequentemente jovens adultos e de origem migrante) e do seu acesso aos direitos e serviços sociais e laborais.

Lei da Economia Circular: Prevista para 2026 para apoiar a utilização circular de matérias-primas.

Pacto Ecológico Europeu: Com o Regulamento sobre a Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis (ESPR, passaporte do produto, regras para a destruição de dispositivos), a Diretiva relativa a regras comuns que promovem a reparação de bens (direito à reparação) ou a Diretiva relativa ao carregador universal.

Plano de Ação para a Educação Digital (DEAP): Dota os jovens de competências digitais, incluindo pensamento crítico e literacia mediática. Impulsiona a digitalização das aulas e a difusão da tecnologia nas salas de aula. Apoio à formação de educadores e professores. Parece ter chegado o momento de refletir sobre os sucessos e os fracassos e de aprender.

Desenvolvimento de um quadro de competências e normas partilhadas: O quadro de competências DigComp, o quadro de Educação para a Cidadania Digital (CoE) e outras atividades centradas em desenvolvimentos emergentes, tais como a inclusão da IA, a desinformação, a plataformação...

Esta seleção destaca o quão crucial é a União Europeia para garantir que a digitalização seja moldada de forma centrada nas pessoas e sustentável, de forma a promover o crescimento de uma geração de jovens num mundo digital e democrático. Não deveriam estes desenvolvimentos desempenhar um papel mais importante na educação com uma perspetiva europeia?

Além disso, partes fundamentais da [Convenção sobre os Direitos da Criança](#) servem de orientação para a esfera digital. Solicita-se aos Estados, bem como a quaisquer disposições em matéria de educação e trabalho com jovens, que defendam e concretizem os direitos das crianças na esfera digital:

Direito à participação (Art. 12.º da UNCRC): Capacitar os jovens para utilizarem os espaços digitais de forma democrática e para expressarem as suas opiniões.

Direito à educação e à Informação (Art. 28.º, 29.º e 17.º da UNCRC): Reforçar a resiliência democrática, facilitar a educação política e garantir o acesso à informação diversificada.

Direitos de proteção (Art. 19.º e 34.º da UNCRC): Proporcionar proteção contra o ódio, o bullying, a violência e a exploração comercial.

Direito à privacidade (Art. 16.º da UNCRC): Garantir a proteção de dados e a autodeterminação informacional.

1 Sensibilização entre os jovens

Os laboratórios de políticas revelaram que muitos jovens, bem como profissionais da educação e do trabalho com jovens, desconhecem os regulamentos e a legislação digitais europeus. Os governos nacionais devem, claramente, direcionar mais esforços para promover a sensibilização, a transparência e a acessibilidade da DSA e garantir que as suas disposições sejam aplicadas com uma abordagem centrada nos jovens.

Os jovens vivenciam cada vez mais as plataformas digitais como ambientes que moldam a percepção política e a realidade pública através da filtragem algorítmica e de fluxos de conteúdos amplificados emocionalmente.

O Plano de Ação para a Educação Digital (DEAP) centra-se em dotar os jovens de competências digitais, incluindo o pensamento crítico e a literacia mediática. Os laboratórios de políticas sublinharam a importância de alargar o DEAP para incluir a literacia algorítmica e a educação para a cidadania digital, garantindo que os jovens compreendam como as plataformas digitais influenciam as suas identidades e comportamentos. A ênfase do DEAP na aprendizagem não formal e informal também se alinha com a necessidade dos trabalhadores de juventude receberem formação contínua sobre tendências digitais e defesa de causas.

O Pacto Ecológico Europeu e o Plano de Ação para a Economia Circular fornecem um quadro para integrar a sustentabilidade nas políticas digitais. Os laboratórios destacaram as preocupações dos jovens sobre o impacto ambiental da digitalização, tais como os resíduos eletrónicos, o aumento do consumo de energia, a extração global de recursos e — a isso associada — a continuação da injustiça social global. As políticas europeias podem ser aproveitadas para promover práticas digitais sustentáveis, tais como programas de reutilização de dispositivos e tecnologias energeticamente

eficientes, mas requerem uma implementação nacional mais forte e o envolvimento dos jovens para serem eficazes.

O quadro de Educação para a Cidadania Digital do Conselho da Europa enfatiza a importância da literacia mediática, da utilização ética da IA e da segurança online. Como profissionais da educação para a cidadania centrada na democracia, gostaríamos também de destacar a importância de aprender sobre regulamentação, o impacto sistémico da tecnologia e as competências necessárias para a transição de utilizadores maioritariamente recetivos para cidadãos ativos e empenhados, cocriando soberania digital e cultura democrática.

Os laboratórios revelaram que os jovens estão ansiosos por desenvolver estas competências, mas carecem, muitas vezes, de acesso a programas de educação estruturados. Os governos nacionais devem integrar estes princípios nos currículos escolares e na formação do trabalho com jovens, garantindo que os jovens estejam preparados para navegar nos espaços digitais de forma responsável.

Apesar da existência destes vários quadros e políticas europeus e internacionais, os laboratórios revelaram lacunas de implementação significativas e preocupantes. As atividades europeias em matéria de educação e política digital são frequentemente desconhecidas ou subutilizadas a nível nacional e local, particularmente no trabalho com jovens e na educação. Existe uma necessidade urgente de uma melhor coordenação entre as partes interessadas da UE, nacionais e locais, para garantir que as políticas digitais sejam efetivamente implementadas e adaptadas aos contextos locais. Caso contrário, existe um risco elevado de que a educação e o trabalho com jovens continuem a operar no fim da cadeia, o que significa que se deparam com fenómenos sociais e societais causados estruturalmente por algoritmos e modelos de economia digital, em vez de prepararem e apoiarem os jovens para que alcancem autonomia e soberania digitais, pessoalmente como cidadãos confiantes, mas também como coproprietários da digitalidade e do espaço digital.

2 Democracia

Numa perspetiva democrática, pode concluir-se que estão a ocorrer três grandes transformações na Europa:

- A democracia é cada vez mais moldada por plataformas digitais, em vez de instituições públicas tradicionais. As plataformas online funcionam como infraestruturas políticas e verifica-se uma transferência da influência democrática dos Estados para as empresas privadas.
- A UE está a construir uma democracia digital baseada nos direitos, que ainda necessita de uma implementação mais forte; o contrário significaria um risco maior para a democracia europeia.
- A crescente preocupação de que a democracia seja mediada por plataformas e moldada por algoritmos exerce pressão para garantir a transparência algorítmica, a explicabilidade e a responsabilização das plataformas como princípios democráticos essenciais.

Pode concluir-se que a Europa se encontra num momento decisivo em que a política digital já não se refere apenas à regulamentação tecnológica, mas ao próprio futuro da democracia. As políticas da UE acima descritas redefinem coletivamente a relação entre cidadãos, Estados e poder digital.

3 Recomendações para a implementação

Para dar resposta aos desafios identificados nos laboratórios de políticas e alinhar-se com os quadros políticos europeus, propõem-se as seguintes recomendações para as instituições da UE, os governos nacionais, os profissionais do trabalho com jovens e as plataformas digitais.

1. Instituições da UE

Solicita-se à UE que insista na implementação efetiva de medidas destinadas a capacitar e proteger os jovens. Uma análise da eficácia com que os Estados-Membros estão a implementar as medidas europeias e se o fazem no melhor interesse dos jovens. Isto inclui as condições de trabalho dos sinalizadores de confiança, a supervisão ao abrigo da DSA ou das leis sobre IA e o acesso direto a processos penais e aconselhamento para jovens afetados por incidentes que se situam abaixo do limiar penal formal, mas que têm um impacto negativo duradouro no seu bem-estar (como o bullying ou atos de discriminação).

As disposições relativas ao trabalho com jovens e ao bem-estar juvenil são de importância crucial a este respeito. A Comissão Europeia e o Conselho da Europa devem, para além da legislação existente no Regulamento dos Serviços Digitais (DSA), impor disposições específicas para a juventude, tais como mecanismos simplificados de denúncia de conteúdos nocivos e conceções de plataformas adequadas à idade — os participantes nos laboratórios descreveram unanimemente as plataformas de redes sociais como intencionalmente concebidas para maximizar a atenção e o tempo passado online.

Devem também alargar o Plano de Ação para a Educação Digital (DEAP) de modo a incluir a literacia em algoritmos e a educação para a cidadania digital como competências essenciais. Deve ser atribuído financiamento a projetos de sustentabilidade digital liderados por jovens no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, promovendo, entre outros aspetos, espaço para a experimentação, meios para programas de reutilização de dispositivos e tecnologias energeticamente eficientes. Além disso, a UE deve criar um Conselho Europeu dos Direitos Digitais dos Jovens para garantir que os jovens estejam ativamente envolvidos na definição das políticas digitais. A UE deve ainda investir no desenvolvimento de um ambiente digital alternativo e protetor.

Os participantes de todos os laboratórios de políticas descreveram as plataformas de redes sociais como intencionalmente concebidas para maximizar a atenção e o tempo passado online.

2. UE: Capacitar os jovens como cidadãos digitais

A União Europeia tem a oportunidade de assumir a liderança global na promoção da participação digital democrática entre os jovens cidadãos. Ao integrar a educação para a cidadania digital, reforçar a governação das plataformas, apoiar a inovação liderada pelos jovens e expandir os mecanismos participativos, as instituições da UE podem ajudar a transformar os jovens de utilizadores passivos de plataformas digitais em participantes ativos na vida democrática. Capacitar os jovens como cidadãos digitais não só reforçará o envolvimento democrático, como também garantirá que a transformação digital das sociedades europeias reflita os valores da participação, transparência e inclusão. Ao combinar educação, ação regulatória, investimento em

tecnologia cívica e governação participativa, a UE pode capacitar os jovens para se envolverem criticamente com os sistemas digitais e contribuírem para os processos democráticos.

Integrar a educação crítica para a cidadania digital. As instituições da UE devem promover a integração da cidadania digital e da literacia mediática nos sistemas de educação nacionais. Estes programas devem ir além das competências digitais básicas para incluir uma compreensão crítica de algoritmos, governação online, privacidade de dados e direitos digitais.

Os participantes dos laboratórios de políticas expressaram uma incerteza crescente em relação ao conteúdo gerado por IA e à dificuldade crescente de distinguir meios de comunicação autênticos dos sintéticos – destacando a necessidade de literacia em IA e rotulagem transparente no âmbito dos quadros de políticas digitais europeias. “Com a IA, está a tornar-se cada vez mais difícil distinguir o que é real do que não é.”

Criação de canais sustentáveis de participação dos jovens na política digital. Os jovens devem ser envolvidos diretamente nas discussões sobre a governação digital. As instituições da UE devem estabelecer canais permanentes de comunicação e participação onde os jovens possam contribuir com ideias, debater políticas e participar na conceção de políticas. A UE deve monitorizar o envolvimento da geração mais jovem nos mecanismos de implementação da política digital europeia e nas instituições dos Estados-Membros.

3. UE: Investir em tecnologia cívica e infraestruturas digitais abertas

A UE deve apoiar o desenvolvimento e a implementação significativa de tecnologia cívica e plataformas de dados que incentivem a participação democrática online.

Os programas de financiamento poderiam apoiar *startups* lideradas por jovens, ONGs e iniciativas de investigação que concebam e apliquem ferramentas e serviços digitais fiáveis, abertos e sensíveis aos direitos para a deliberação, a elaboração participativa de políticas, a informação sociopolítica e a colaboração cívica. Uma infraestrutura cívica baseada em código aberto, que não monetize os dados e o comportamento dos utilizadores e que seja implementada de forma não centralizada, pode oferecer

alternativas às plataformas de redes sociais comerciais e de grande dimensão e promover espaços públicos digitais inclusivos onde os cidadãos, incluindo os jovens, possam participar ativamente no diálogo democrático.

O público e a sociedade civil devem colaborar com os representantes da Internet aberta, livre e democrática – por exemplo, valorizando, partilhando e investindo em recursos educativos abertos, em material de qualidade sob licenças Creative Commons ou em *software* livre e de código aberto (SO e FOSS).

4. UE: Combater a desinformação e, ao mesmo tempo, dar voz aos jovens

A desinformação e a manipulação minam a participação democrática e afetam de forma desproporcional o público mais jovem. As instituições da UE devem alargar o apoio a iniciativas de projetos analíticos, como o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO) ou o Observatório Europeu do Ódio Online (EOOH), e desenvolver programas de literacia mediática liderados por jovens. Incentivar os jovens a participar em redes de verificação de factos, campanhas de sensibilização comunitária e iniciativas de educação entre pares reforçará a resiliência contra a desinformação, ao mesmo tempo que amplifica as vozes dos jovens no discurso público digital.

5. Governos Nacionais

Os governos nacionais devem integrar a educação para a cidadania digital nos currículos escolares e proporcionar formação contínua a trabalhadores de juventude sobre tendências digitais, apoio à saúde mental, políticas digitais e defesa de direitos. Continua a ser da maior importância informar e envolver as estruturas de bem-estar juvenil e de trabalho nos mecanismos e estruturas da política digital da UE a nível nacional (e vice-versa). Estas profissões são fundamentais para apoiar o desenvolvimento de capacidades dos jovens, mas carecem amplamente de acesso, informação e formação adequada.

Os governos devem fazer cumprir as leis de privacidade e proteção infantil. Por exemplo, garantindo que as medidas europeias sejam implementadas de forma eficaz e decisiva e que o público seja mantido plenamente informado sobre as mesmas. Responsabilidades claras, contacto direto com os cidadãos e recursos adequados. Para

além da responsabilidade de proteção, que nada mais é do que fazer valer os direitos das crianças nas esferas digitais, é necessário dedicar mais e melhor atenção para garantir os direitos de participação e as oportunidades para a geração mais jovem na definição do ambiente digital. Além disso, é necessário reconhecer melhor que a digitalização proporciona uma esfera ampla e positiva para o desenvolvimento da capacidade criativa dos jovens.

As questões de sustentabilidade e ambientais, tais como o efeito da digitalização no clima, devem estar mais bem articuladas com a política digital e económica. Os governos e as instituições públicas devem promover e financiar programas de reutilização de dispositivos e estabelecer padrões elevados para centros de dados energeticamente eficientes.

6. Plataformas Digitais

As plataformas digitais têm de aceitar um ambiente regulador e protetor na Europa, uma vez que atuam num ambiente democrático e de proteção infantil. Devem cumprir a DSA, o RGPD e outras regras, concebendo as suas funcionalidades com a segurança em mente, como definir configurações de privacidade por predefinição e limitar funcionalidades que criam dependência. Além disso, devem também ver-se como cidadãos corporativos, agindo não só em conformidade com a lei, mas também de uma forma que vá além dos meros requisitos legais. Por exemplo, no que diz respeito à responsabilização: devem publicar relatórios transparentes e acessíveis aos jovens e envolver os jovens utilizadores em questões de conceção relacionadas com a segurança, os direitos, o bem-estar e a sustentabilidade, como a introdução de um «modo ecológico» para uma utilização que poupe energia. As plataformas devem também simplificar os mecanismos de denúncia de conteúdos nocivos e promover alternativas aos espaços comerciais, tais como ambientes digitais de interesse público para o envolvimento dos jovens.

Para permitir uma participação digital informada, os jovens precisam de maior conhecimento e transparência sobre o funcionamento das plataformas. As instituições da UE devem garantir uma implementação robusta do Regulamento dos Serviços Digitais, particularmente no que diz respeito à transparência algorítmica e às práticas de moderação de conteúdos. As plataformas devem fornecer ferramentas acessíveis que

expliquem como funcionam os sistemas de recomendação e como os dados pessoais influenciam a exposição de conteúdos, bem como a forma de gerir e eliminar dados pessoais. Uma maior transparência capacitará os jovens utilizadores a avaliar criticamente a informação online e a participar de forma mais responsável nos debates digitais.

A par das atividades educativas e de sensibilização a nível europeu e nacional, é importante que a UE e os Estados-Membros implementem medidas regulamentares que obriguem as plataformas a proteger os jovens tanto da manipulação algorítmica, como da exposição à violência, ao discurso de ódio e à discriminação. As respostas educativas, por si só, são insuficientes se as condições estruturais em que os jovens navegam nos ambientes digitais continuarem por resolver. A responsabilização das plataformas e a governação digital centrada nos jovens devem fazer parte do mesmo debate político.

7. Formação de professores

Um elemento-chave da política governamental nacional é garantir que os professores estejam bem preparados para introduzir a geração mais jovem à utilização digital. As competências dos professores são a ponte de implementação entre as políticas digitais da UE e o envolvimento dos jovens.

Os professores devem possuir fortes competências digitais. Quadros como o DigCompEdu delineiam as competências de que os professores necessitam para utilizar a tecnologia de forma eficaz no ensino. As competências relevantes dos professores incluem: compreender as ferramentas e plataformas digitais; conceber ambientes de aprendizagem digitais; orientar os alunos para um comportamento digital seguro e responsável; apoiar o envolvimento crítico dos alunos com os meios de comunicação digitais. Os professores com estas competências podem ajudar os alunos a compreender como as plataformas funcionam e influenciam os fluxos de informação.

Outro aspeto da formação de professores é a literacia digital crítica. Os professores precisam de competências para ensinar literacia mediática, para explicar a influência algorítmica e a desinformação, para facilitar discussões sobre a participação política online e para incentivar o raciocínio baseado em evidências. Isto está em consonância

com iniciativas como o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais, que promove a literacia mediática, a informação e a consciência crítica.

Outros aspetos da formação incluem a competência em educação digital cívica, incluindo direitos e responsabilidades digitais, o incentivo a práticas participativas (debates, fóruns digitais, simulações de políticas) e a ligação do envolvimento online com as instituições democráticas. Estas competências ajudam os alunos a verem-se não apenas como utilizadores, mas como participantes na democracia digital. Além disso, os professores necessitam de competências pedagógicas para facilitar a aprendizagem participativa e colaborativa e a utilização ética e responsável da tecnologia.

É necessário um desenvolvimento holístico de capacidades, envolvendo todas as partes interessadas relevantes do ambiente escolar mais alargado, incluindo pais, alunos e membros da comunidade local. É motivo de particular preocupação a falta de conhecimento entre os professores relativamente aos regulamentos europeus e à política digital, bem como a sua falta de conhecimento sistémico sobre o trabalho com jovens nos setores público e privado, as ofertas de educação não formal e os conhecimentos especializados em educação para a cidadania digital.

8. Profissionais do Trabalho com Jovens

É necessário reforçar a confiança e a capacidade crítica dos profissionais do trabalho juvenil enquanto facilitadores-chave da participação digital democrática. Os profissionais do trabalho com jovens operam frequentemente em ambientes digitais em rápida evolução, caracterizados pela complexidade, opacidade das plataformas e constante mudança tecnológica. Sem apoio, formação e reconhecimento institucional adequados, podem sentir-se mal equipados para lidar com as estruturas de poder digitais ou para facilitar o envolvimento dos jovens na governação digital. As políticas da UE e nacionais devem, por isso, investir não só em competências digitais técnicas, mas também na construção de confiança crítica, na prática reflexiva e na literacia política dos animadores juvenis, permitindo-lhes atuar como atores capacitados em ecossistemas digitais democráticos.

Capacitar os jovens nos espaços digitais requer, em primeiro lugar, capacitar aqueles que trabalham mais de perto com eles. Os trabalhadores de juventude são mais do que

meros facilitadores da participação; são atores essenciais na infraestrutura democrática do envolvimento digital dos jovens. Reforçar a sua confiança, legitimidade e capacidade crítica é um pré-requisito para transformar o trabalho digital com jovens num motor significativo da participação democrática.

Os trabalhadores de juventude devem assumir um papel duplo — apoiar a resiliência individual enquanto defendem a mudança estrutural. Devem formar os jovens em *advocacy* digital, ajudando-os a desenvolver meios para interagir com os decisores políticos e exigir projetos mais seguros. Devem também colaborar com profissionais de saúde mental para abordar a dependência digital e os traumas. Precisam de apoio em matéria de tecnologia e tendências e de ser capazes de utilizar ferramentas para ensinar competências digitais críticas. A nível local, devem estabelecer parcerias com as autoridades/governos locais para criar conselhos de digitalização juvenil que aconselhem sobre estratégias digitais locais participativas, garantindo que as vozes dos jovens são ouvidas na elaboração de políticas.

9. Trabalho Juvenil e Organizações Juvenis

As organizações no domínio da juventude devem pressionar por mudanças estruturais, tais como a regulamentação das plataformas e a participação dos jovens na elaboração de políticas, garantindo que os jovens sejam cocriadores dos seus futuros digitais. Para os jovens e as estruturas de trabalho juvenil, continua a ser crucial insistir em políticas de regulamentação europeias fortes, uma vez que aqui reside uma disposição fundamental para a democracia e os direitos fundamentais.

“Vivemos num mundo em rápida evolução, que é globalmente influenciado pela tecnologia, pelas redes sociais e por muito mais. Muitos jovens debatem-se com questões como o desemprego, a discriminação, os desafios de saúde mental e a pressão da sociedade. Muitas destas questões fazem com que se sintam ignorados ou desligados da sociedade. O trabalho com jovens deve responder a estas realidades, criando ambientes de

apoio onde os jovens se sintam valorizados, seguros, ouvidos e motivados.”

— Jovem participante num laboratório de políticas

As organizações juvenis devem centrar-se num trabalho com jovens no domínio digital sensível aos direitos, promovendo os direitos digitais dos jovens e a propriedade dos dados. Os jovens cidadãos devem ter um controlo significativo sobre os seus dados e identidades digitais – também no trabalho com jovens. As políticas da UE devem reforçar a sensibilização para os direitos digitais e fornecer ferramentas que permitam aos utilizadores compreender e gerir os seus dados pessoais. Campanhas educativas e iniciativas centradas na juventude podem ajudar a explicar como os dados são recolhidos, utilizados e monetizados nos ecossistemas das plataformas. O reforço da sensibilização para os direitos digitais permitirá aos jovens navegar nos espaços online de forma mais autónoma e responsável.

O trabalho com jovens e as organizações juvenis devem sensibilizar para a sustentabilidade digital, como a sensibilização para os resíduos eletrónicos e os desafios da pegada de carbono digital. Devem estabelecer parcerias com iniciativas como os “*repair* cafés”, entre outras, para promover a sensibilização para a sustentabilidade, mas também soluções concretas, como oficinas de reparação e formação entre pares em defesa digital.

4 Um apelo à ação coletiva

Os laboratórios de políticas realizados no âmbito do projeto DIYW destacam a necessidade urgente de uma abordagem coletiva e multilateral para criar espaços digitais seguros, inclusivos e sustentáveis para os jovens. Embora as políticas europeias proporcionem uma base sólida, devem ser implementadas com maior determinação e rigor a nível nacional, a fim de responder adequadamente às necessidades expressas pelos jovens e pelos profissionais do trabalho com jovens.

Para o conseguir, as partes interessadas devem regulamentar as plataformas como infraestruturas democráticas, capacitar os jovens como cocriadores de políticas digitais e investir nos trabalhadores de juventude como pontes entre os jovens e os decisores

políticos. A sua capacitação é uma condição prévia para uma participação significativa dos jovens na democracia digital.

Ao integrar a sustentabilidade, a participação e a educação em todos os programas digitais de trabalho com jovens, a Europa pode promover um ambiente digital que apoie a democracia, o bem-estar e a justiça ambiental para as gerações futuras. A hora de agir é agora — os jovens devem ser participantes ativos, e não apenas utilizadores protegidos, na definição dos seus futuros digitais.

Os laboratórios de políticas demonstraram que os jovens não pedem, em primeiro lugar, proibições ou o afastamento dos espaços digitais. Em vez disso, pedem sistemas digitais mais justos, maior transparência, proteções mais fortes e uma participação significativa na definição dos ambientes digitais.

O futuro da democracia europeia dependerá não só da regulamentação das tecnologias digitais, mas também do reforço da Educação para a Cidadania Democrática (ECD) como resposta central à transformação digital. Embora as atuais políticas digitais europeias abordem cada vez mais a segurança, a transparência e a responsabilização das plataformas, a dimensão democrática da digitalização continua insuficientemente desenvolvida na prática. Os jovens precisam de mais do que competências digitais técnicas — precisam da capacidade de compreender criticamente as estruturas de poder digitais, exercer os seus direitos online, participar no debate democrático e moldar os ambientes digitais enquanto cidadãos ativos.

A Educação para a Cidadania Democrática proporciona o quadro essencial para ligar a literacia digital, os direitos humanos, a participação democrática, a literacia mediática e a reflexão ética. Reforçar a ECD nas escolas, no trabalho com jovens e na educação não formal, envolvendo profissionais da educação e do trabalho com jovens, crianças e jovens, mas também os pais, não é, portanto, apenas uma prioridade educativa, mas uma necessidade democrática. A salvaguarda da democracia e dos direitos humanos na Europa depende cada vez mais da capacidade dos cidadãos de navegar nos ambientes digitais de forma crítica, responsável e coletiva. Sem uma forte perspetiva de cidadania democrática sobre a digitalização, existe o risco de que a transformação digital aprofunde a manipulação, a exclusão, a vigilância e a fragmentação democrática, em vez de reforçar a resiliência democrática, a participação e a coesão social.

As políticas europeias para a juventude, tais como a Estratégia da União Europeia para a Juventude, incluindo os Objetivos da UE para a Juventude, exigem o reconhecimento e o envolvimento das vozes dos jovens nestes processos políticos. As políticas de digitalização e as políticas ambientais assentam genuinamente numa perspetiva juvenil e necessitam deste ângulo como pilar central para o seu estabelecimento. Estas políticas não devem ser desenvolvidas apenas a partir de uma perspetiva «para a juventude», mas requerem uma perspetiva «pela e com a juventude».

- **TRABALHO JUVENIL DIGITAL – SENSÍVEL AOS DIREITOS, ABERTO, ACESSÍVEL, DEMOCRÁTICO**

Para capacitar os jovens a ir além de «acompanhar» ou «conhecer» as infraestruturas e tecnologias digitais, é necessária uma pedagogia do «digital» que os apoie a codeterminar como a digitalização deve evoluir em termos de desenvolvimento democrático e sustentável e nas áreas em que atuam na sociedade e se empenham cívicamente. A Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos pode dar um contributo significativo no trabalho digital com jovens.

O projeto trabalhou com educadores e animadores juvenis, jovens, investigadores e especialistas em políticas para examinar os desafios, abordagens e perspetivas deste tipo de trabalho digital com jovens. Um projeto de 6 organizações parceiras, cofinanciado pelo programa Erasmus+:

- Arbeitskreis deutscher Bildungsstätten | País: DE | [Web](#)
- DARE - Democracy and Human Rights Education in Europe | País: BE | [Web](#)
- Dínamo – Associação de Dinamização Sócio-cultural | País: PT | [Web](#)
- Fundación CIVES | País: ES | [Web](#)
- Partners Bulgaria Foundation | País: BG | [Web](#)
- Sozialprofil - Verein zur Förderung individueller, institutioneller und gesellschaftlicher Entwicklung | País: AT | [Web](#)

- **HANDBOOK FOR EDUCATORS: MORE THAN GO WITH THE FLOW**

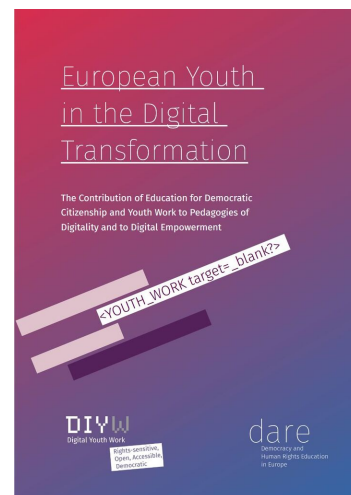
De utilizadores de plataformas a pessoas cidadãs ativas. Um manual Competendo para facilitadores. Plasencia-Kanzler, M.; Zimmermann, N ; Rapetti, E. (2026). Mais do que seguir contra a corrente: De utilizadores de plataformas a pessoas cidadãs



ativas. Um manual Competendo para facilitadores. Democracy and Human Rights Education in Europe, Brussels.
[https://competendo.net/en/More than Go with the Flow](https://competendo.net/en/More%20than%20Go%20with%20the%20Flow)

- **ANALYSIS: EUROPEAN YOUTH IN THE DIGITAL TRANSFORMATION**

Zimmermann, N. & Pirker, G. (Ed.) (2025). Juventude Europeia na Transformação Digital. O contributo da Educação para a Cidadania Democrática e do Youth Work para as pedagogias da digitalização e para o empoderamento digital. Análise e conclusões do projeto DIYW-ROAD. Digital Youth Work – rights-sensitive, open, accessible, democratic. Democracy and Human Rights Education in Europe (DARE Network), Brussels.



<https://dinamosintra.pt/wp-content/uploads/2026/05/diyw-analysis-pt.pdf>

<https://dare-network.eu/digital-youth-work/>

- **COMPETENDO: CAIXA DE FERRAMENTAS PARA A EDUCAÇÃO À CIDADANIA DIGITAL**

Materiais educativos gratuitos e de acesso livre sobre democracia, digitalização e educação não formal.

Pela rede DARE

<https://competendo.net>

